

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL-MT EM 2020.**

<b>Pauta:</b>	1. Aprovação da ATA de 1ª Reunião Ordinária de 2020. 2. Ordem do dia: 2.1 Apresentação dos três vídeos sobre a RB Pantanal pelo WWF-Brasil; 2.2 Apresentação da proposta de consultoria para elaboração do "Selo da Sociobiodiversidade" da RB Pantanal; 2.3 Apresentação de proposta de projeto de recuperação de APP degradada. 3. Informes.				
<b>Local:</b>	Google Meet – meet.google.com/ytsiskg-mic				
<b>Data:</b>	28/08/2020	<b>Início:</b>	09h00	<b>Término:</b>	11h20
<b>Presidente:</b>	Marcos Antônio Camargo Ferreira (SEMA)				

<b>Membros do CERBPantanal-MT presentes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Breno Ferreira de Melo	WWF-Brasil
Cátia Nunes da Cunha	UFMT
Diego Augusto O. Beserra	SEDEC
Fernando Tortato	ONG Panthera
Laura Garcia Venturi Rutz	FAMATO
Hélida Bruno Nogueira Borges	SEMA
Marcos Antônio C. Ferreira	SEMA
Monicke Sant'Anna P. de Arruda	FIEMT
Pierre Girard	CPP
Waldir Teles de Ávila	SINGTUR
<b>Observadores</b>	
Gabriela Priante	CEPESCA
Júlia Correa Boock	WWF-Brasil
Laércio Sousa	CN RB Pantanal

<b>Relatos</b>	
Marcos (SEMA)	Agradeceu a presença de todos e verificou se havia quórum para a reunião. Em seguida, perguntou aos membros do Comitê se havia algum questionamento sobre a ATA da 1ª RO de 2020. A ATA foi aprovada por unanimidade sem ressalvas. Fez a leitura da pauta do dia. Solicitou que o Sr. Breno (WWF-Brasil) discorresse sobre os três vídeos sobre as RBs e especificamente sobre a RB Pantanal.
Breno (WWF-Brasil)	Solicitou que houvesse inversão de pauta, com as informações sobre os vídeos fosse a última pauta. E inicia a apresentação sobre a contratação de empresa para “identificar alternativas de garantir a sustentabilidade da RB Pantanal por meio de critérios e iniciativas para um selo que seja um diferencial mercadológico dos seus produtos”. Essa proposta vem de encontro com as seguintes metas do Plano de Ação (PA) da RB Pantanal: A1, A4, A5, A7, B4, B5, C3, C4 e C7. Serão desenvolvidas as seguintes atividades pela empresa contratada: a) identificação, mapeamento e espacialização dos produtos e serviços da sociobiodiversidade existentes no território da RB Pantanal que

	<p>comunguem com as funções do Programa MaB e da RB Pantanal; b) levantamento e espacialização dos dados secundários sobre os produtos e serviços do Pantanal brasileiro, como fármacos, cosméticos, pesquisas em ciência, tecnologia e inovação, turismo, pecuária e extrativismo; c) identificação e categorização dos grupos/setores dos produtos e serviços da RB Pantanal nos Comitês Estaduais, e identificação de potenciais parcerias com o setor privado no território da RB Pantanal. O WWF-Brasil recebeu duas propostas, sendo a do SENAI-MS a com melhor custo/benefício. A contratação ocorrerá em setembro de 2020 e o produto entregue em março de 2021. Foram consultados a SEMA/MT e o IMASUL para avaliarem se o WWF-Brasil poderia efetuar a contratação.</p>
Júlia (WWF-Brasil)	<p>A empresa contratada deverá apresentar como produto uma plataforma online de fácil acesso, permitindo a inserção de informações, e de fácil visualização dos dados. A plataforma escolhida foi a Microsoft Power Bi. Após a entrega do produto o WWF-Brasil realizará oficinas com os dois Comitês visando ensinar aos membros como inserir informações.</p>
Cátia (UFMT)	<p>Agradeceu à Júlia e ao Breno pela apresentação e disse que considera a proposta do WWF-Brasil boa por representar uma alternativa de conservação do Pantanal.</p>
Júlia (WWF-Brasil)	<p>Explicou que existem várias iniciativas com os mesmos objetivos, mas nenhuma atende à RB Pantanal. O desejo do WWF-Brasil é de que as informações sejam de domínio público e que o selo constitui uma alternativa de sustentabilidade financeira para os diferentes segmentos que atuam no Pantanal, como o turismo, a pecuária e o extrativismo.</p>
Laércio (Presidente CN RB Pantanal)	<p>Agradeceu ao WWF-Brasil por atender uma solicitação do Conselho Nacional com vistas a implementar parte das ações do PA da RB Pantanal.</p>
Marcos (SEMA)	<p>Sem mais manifestações solicitou que a Profª Cátia (UFMT) apresentasse o projeto de recuperação de mata ciliar no âmbito da RB Pantanal.</p>
Cátia (UFMT)	<p>Iniciou esclarecendo que o projeto é uma ação que também atende o PA da RB Pantanal e que a Wetland e a Mupan estão buscando como formalizar o projeto na SEMA/MT. Explicou que o projeto representa uma atividade que compõe o Projeto GEF-Terrestre com intuito de atualizar os protocolos de recuperação de áreas degradadas (RAD) adotados no Brasil. O projeto em Mato Grosso, intitulado "Recuperação de florestas ribeirinhas pantaneiras: beneficiando água, solo, peixes e populações do entorno da RPPN Sesc Pantanal", será executado pelo Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP), a organização Mulheres em Ação no Pantanal (MUPAN) e a Wetland International do Brasil (WI-Brasil). Continuou explicando o desenvolvimento do projeto por meio das considerações descritas a seguir. A RPPN Sesc Pantanal representa uma área núcleo da RB Pantanal e um Sítio Ramsar. As áreas úmidas (AUs) estão entre os ecossistemas mais ameaçados e destruídos do planeta e são definidas por três características distintas, a hidrologia, vegetação e solos, que as diferenciam dos ecossistemas terrestres. Tais características devem ser a base científica na proposição de projetos de RAD para AUs, sendo necessário o</p>

estabelecimento de protocolos específicos, e de propostas de gestão e manejo destes ambientes. Apresentou toda a fundamentação teórica do projeto, incluindo a importância da relação entre os peixes e a dispersão de frutos e sementes no Pantanal. Alerta para o fato de que o desmatamento das matas ciliares ameaça esse importante mutualismo, reduzindo a disponibilidade de alimentos para os peixes. Essa perda implica em ameaça à biodiversidade, à segurança alimentar e às economias locais e regionais, aumentando a pobreza na região. O projeto se justifica, então, pela necessidade de recuperação das matas ciliares considerando informações sobre a dinâmica de inundação (frequência, amplitude e duração), a distribuição das espécies no gradiente de inundação e as peculiaridades dos macrohabitats. E por buscar definir um “Protocolo de macrohabitats para manejo e gestão de Sítios Ramsar – o modelo da RPPN Sesc Pantanal”. Será uma ferramenta com potencial de replicação e ganho de escala e de colaborar com a conservação e diminuir os custos de implementação de projetos de RAD. Salienta que, embora para atender o edital se use o termo “floresta”, o projeto pretende recuperar arbustais e campos. O projeto possui sete objetivos/metapas a serem alcançados. Para atender a primeira meta, de elaboração de um projeto de RAD da RPPN Sesc Pantanal, serão realizadas reuniões virtuais ou presenciais, quando possível, entre elaboração conjunta do documento pelos parceiros Mupan, CPP/INAU e RPPN Sesc Pantanal. Na primeira reunião serão definidas as diretrizes do plano de RAD, o cronograma de entrega dos produtos e os componentes da equipe do projeto. Como primeira atividade do projeto será definida uma linha de base a partir do levantamento e sistematização dos dados secundários, além do uso de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG). As informações deverão caracterizar a RPPN em relação ao seu meio físico (clima, solo, topografia, aspectos hidrológicos, etc.) e biótico (com destaque para as espécies ameaçadas); será produzido um mapa de uso do solo. Utilizando o Protocolo de Macrohabitats em desenvolvimento pelo Programa Corredor Azul, coordenado pela Mupan e WI-Brasil, as informações serão integradas e espacializadas a partir de SIG. Para cada macrohabitat será detalhado seu caráter ecológico, visto que o objetivo do trabalho é a restauração dos processos ecológicos (combinação dos componentes) das áreas. Será elaborada uma lista de espécies da flora, a partir de dados secundários, para cada macrohabitat; essa lista será a referência das espécies que serão usadas na intervenção. Será determinada ainda a extensão das áreas de preservação permanentes (APPs) do rio Cuiabá, na extensão da RPPN, com uso de ferramentas SIG, respeitando o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Algumas vezes a recuperação deverá ultrapassar os limites das APPs, devido à estrutura do sistema ripário. Para aferir e validar os dados de escritório serão realizadas campanhas de campo para complementar o diagnóstico. Serão estabelecidos critérios para qualificar o grau de conservação de acordo com a integridade do ambiente: muito conservado, médio e baixo estado de conservação. Como resultado será produzido um mapa com todas as áreas degradadas da RPPN, contendo localização, tamanho (hectare) e tipo de macrohabitat. O foco da recuperação será a recuperação das APPs do rio Cuiabá. Em seguida serão realizadas a

priorização, seleção e caracterização das áreas degradadas da APP do rio Cuiabá que serão recuperadas, com base no conjunto de informações coletadas. Serão detalhadas as diretrizes e estratégias para a recuperação das APPs, com a criação de uma matriz com todas as informações e áreas priorizadas. Desta forma, muda-se o paradigma da restauração dando enfoque não mais nas características florísticas e fisionômicas da comunidade restaurada, mas também nos processos ecológicos que garantam a sua construção e manutenção no tempo. Serão escolhidas as técnicas que melhor atendam os requisitos adequados à realidade das AUs, como o isolamento, controle das espécies exóticas invasoras e outros competidores, enriquecimento nas áreas com alta expressão da regeneração natural, mas com baixa diversidade florística. Neste último caso porque no Pantanal é verificado o fenômeno de “*encroachment*” ou proliferação de determinadas espécies. O *encroachment* leva a formação de florestas monodominantes, as quais não são de interesse do projeto porque se caracterizam pela baixa diversidade de espécies. O projeto busca separar o processo de regeneração natural facilitadora dos sistemas naturais daquele obtido pelo *encroachment*. Será elaborado um Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA) constituído das melhores medidas de monitoramento e avaliação das ações de recuperação selecionadas, de maneira a orientar a tomada de decisão. O PMA deverá ser aplicado na fase de implantação do projeto e depois do encerramento. O monitoramento na fase de implantação é essencial por ser uma fase crítica importante, em função de esta ser uma fase que exige decisões rápidas sobre a continuidade/adaptação das estratégias adotadas, de maneira a não prejudicar o projeto. O monitoramento será realizado em parcelas permanentes de amostragem, possibilitando a comparação dos resultados com outras avaliações. Logo o projeto terá o registro do tempo zero, essencial para acompanhamento da evolução das ações implantadas. O monitoramento e avaliação serão realizados mensalmente nos primeiros seis meses do projeto; a fase pós implantação entre o sétimo e o décimo segundo mês. A fase pré-fechamento será monitorada nos meses 13, 16, 19 e 22, realizada trimestralmente. O monitoramento de todas as fases será realizado no final do período chuvoso do ano. Apesar de o projeto ser finalizado quando completar 24 meses, os parceiros se comprometem em dar continuidade ao monitoramento periodicamente e assegurar o sucesso da recuperação das AUs. Os riscos do projeto serão avaliados visando aumentar a probabilidade e o impacto de sucesso das ações e diminuir a vulnerabilidade a eventos adversos. Nesse sentido será construída uma matriz de riscos, como parte do PMA, permitindo adequações conforme a necessidade; todos os riscos serão identificados, considerando ameaças e pressões que podem afetar os resultados desejados. Será utilizada como base a identificação dos riscos relacionados aos fatores ambientais, técnicos, organizacionais, gestão de projeto, entre outros. Assim, para cada fator serão identificados a causa, os efeitos, a probabilidade de ocorrência e o grau de impacto possível (muito baixo, baixo, médio, alto, muito alto). A escolha das espécies levará em conta os grupos funcionais na sucessão ecológica, sendo preferencialmente aquelas que apresentam relação e interesse para a ictiofauna e preferência no

	<p>gradiente de inundação. Durante o projeto serão periodicamente coletados propágulos das espécies e para as plantas obtidas em viveiro serão verificadas a procedência, o local, a qualidade, para que se garanta além da correspondência e variabilidade genética, o sucesso do recrutamento. O plantio se realizado no final da primavera, quando existe mais possibilidade de precipitação. Em função do déficit de mudas será considerado ainda o transplante de mudas já estabelecidas. Outras técnicas poderão ser usadas, como nucleação, poleiros naturais ou artificiais, espécies atrativas à fauna, plantio heterogêneo com mudas, semeadura ou estaquia para adensamento e enriquecimento, bem como a translocação de serrapilheira para aporte de bancos de sementes. A adubagem, se necessária, será efetuada com produtos oriundos de compostagem do material gerado na RPPN ou no Hotel Sesc Pantanal. O conhecimento ecológico tradicional (CET) será o mecanismo para o envolvimento da comunidade local com as ações do projeto a partir de reuniões e entrevistas semi-estruturadas. Será estruturado um espaço de referência para promover e divulgar as ações de recuperação da floresta ciliar, informando sobre as dificuldades próprias das características da dinâmica ecohidrológica do pantanal, logística e o déficit na oferta de mudas nativas. A partir da construção coletiva será elaborado um Projeto Político-Pedagógico (PPP) para o espaço, valorizando o conhecimento tradicional e facilitando o acesso e linguagem do conhecimento científico para o público leigo. Todas as oportunidades e lições aprendidas no projeto serão incorporadas no PPP, que será atualizado a cada dois anos. Assim, a implementação do PPP e as atividades do centro serão incorporadas dentro das estratégias do Programa Corredor Azul e do Sesc Pantanal, garantindo a sua continuidade.</p>
Gabriela (CEPESCA)	<p>Parabenizou a prof<sup>a</sup> Cátia pela apresentação e pelo projeto proposto. Quis saber se as macrófitas estão envolvidas no processo de recuperação ambiental e se o processo de <i>encroachment</i> também se aplica a esse grupo de plantas. Relatou que os pescadores têm informado que a multiplicação rápida dessas plantas está bloqueando a conectividade entre as baías e o processo migratório dos peixes.</p>
Cátia (UFMT)	<p>É necessário observar dois cenários. O primeiro é tradicional em que a referência maior é a recuperação das florestas. O segundo é aplicado ao Pantanal onde a RAD deve pensar não somente nas florestas, mas nos arbustais e campos, que muitas vezes terminam no barranco do rio. Usando o conceito de macrohabitat todo tipo de ambiente será reconhecido no projeto de RAD. A cobertura vegetal será definida pelas características hidrológicas (parcial ou totalmente inundada ou seca). Quanto às macrófitas pode-se dizer que não se aplica o conceito de <i>encroachment</i> e sim invasão porque algumas espécies são pantropicais. O <i>encroachment</i> é aplicado às espécies nativas que, dependendo da disponibilidade de água (inundação), encontram um ambiente ótimo para a sua proliferação, sendo consideradas espécies estrategistas que formam adensamentos monodominantes. Considera importante a participação dos pescadores no projeto como fonte de informações ecológicas sobre as espécies.</p>

	<p>GABRIELA: Agradeceu as explicações e informou que disponibilizará os contatos dos pescadores, para que possam contribuir no projeto.</p> <p>MARCOS: Esclareceu à profª Cátia que o uso do termo “floresta” nos editais de RAD provavelmente resulta do uso do conceito da FAO, que reconhece que quaisquer áreas com 0,5 hectares e com acima de 10% de cobertura como floresta.</p> <p>CÁTIA: Concorda com Marcos, mas defende que essa terminologia seja discutida no futuro com aplicação em outros ambientes, especialmente as AUs. Explicou que os cientistas usam muitas vezes a expressão “sistema ripário”, que envolve desde as macrófitas até as árvores.</p>
Marcos (SEMA)	Sem mais manifestações pelos membros presentes solicitou à Gabriela que apresentasse o convite do CEPESCA.
Gabriela (CEPESCA)	Iniciou afirmando que o CEPESCA tem interesse em ser parceiro do CERBPantanal-MT nas discussões sobre os impactos das hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai (BAP). Além disso, a Agência Nacional de Águas (ANA) acredita que as informações obtidas pela Fundação Eliseu Alves sejam disponibilizadas para a sociedade e que sirvam de referência para proposição de políticas públicas. Nesse sentido, o CEPESCA convida os membros do Comitê para participarem da reunião virtual com a ANA, a ser realizada no dia 02/09/2020, a partir das 14h no horário de Cuiabá.
Laércio (Presidente CN RB Pantanal)	Informou que, como presidente do CN da RB Pantanal, participará da reunião e divulgará a reunião para outras pessoas de Mato Grosso do Sul, como os membros do CERBPantanal-MS e a organização ECOA.
Waldir (SINGTUR)	Manifestou discordância com o fato de o CN ter apresentado uma nota de apoio ao SESC Pantanal, que foi acusado de interferir na ecologia do Pantanal ao não permitir o acesso do gado à área da RPPN. Desta forma teria facilitado a propagação do fogo no Pantanal. Disse que como membro do Comitê não foi consultado e acredita que o Sesc Pantanal realizou várias ações que afetam o meio ambiente, como a ampliação da sua estrutura física que inicialmente atenderia 20 quartos e atualmente conta com mais de 400 quartos, além da pista de pouso para aviões construída em terreno aterrado e foi ainda pavimentada. Por estes motivos não apoia irrestritamente as ações do Sesc Pantanal, mas respeita a posição de quem faz a defesa da entidade. Por outro lado, a RB Pantanal não se manifestou quando ocorreu a mortandade de peixes no rio Correntes provocada pela PCH Ponte de Pedra. Solicita esclarecimentos sobre os pontos abordados.
Marcos (SEMA)	Informou que buscará na SEMA mais esclarecimentos sobre o processo de licenciamento ambiental do Hotel Sesc Pantanal.
Gabriela (CEPESCA)	Como técnica da SEMA se solidarizou com o Sr. Waldir (SINGTUR). Esclareceu que o licenciamento do Sesc Pantanal foi realizado em etapas, conforme novas demandas da entidade. Também que, na primeira década dos anos 2000, a Coordenadoria de Ecossistemas foi consultada somente uma vez sobre a proposta de ampliação do Sesc Pantanal e se manifestou contrária à novos desmatamentos e aterramentos na sua área. Acredita que o Sesc Pantanal fez as adequações necessárias nas áreas já licenciadas com objetivo de atender à solicitação da SEMA, visando diminuir os impactos sobre o Pantanal. Esclareceu que se solidariza com o Sesc Pantanal no

	enfrentamento das queimadas na RPPN, mas que a RB Pantanal deveria se manifestar em outras situações de impacto, como a citada sobre a mortandade de peixes.
Waldir (SINGTUR)	Solicitou que a Sr <sup>a</sup> Gabriela (CEPESCA) informasse como é definido o período de defeso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
Gabriela (CEPESCA)	Explicou que infelizmente os dois Estados divergem na proposição do período de defeso na BAP. Em Mato Grosso tem início em outubro e termina no final de janeiro de cada ano. A data foi definida a partir de estudos sobre a migração dos peixes nos rios da bacia. Embora tenha ocorrido uma reunião entre a SEMA e o IMASUL, quando a primeira repassou a metodologia adotada na definição do período de defeso, o segundo não fez uso das informações com adequações. Em Mato Grosso do Sul o período se estende de novembro a fevereiro em todos os anos. Com relação a esse assunto considera importante que a RB Pantanal se manifeste cobrando uniformidade na legislação para melhor atender à sociedade.
Waldir (SINGTUR)	Questionou como a RB Pantanal vai se pronunciar sobre os resultados obtidos pela UNEMAT e a EMBRAPA Pantanal que tratam do início de um ciclo de seca pronunciado.
	Sugeriu que esse tema fosse incluído na pauta da próxima reunião ordinária do CERBPantanal-MT. Em seguida, solicitou ao Sr. Breno (WWF-Brasil) que falasse sobre os vídeos produzidos com intuito de informar a sociedade sobre as Reservas da Biosfera do mundo e, em especial, a RB Pantanal.
Gabriela (CEPESCA)	Informou que o Sr. Breno (WWF-Brasil) se retirou da reunião, mas deixou no chat informações sobre como acessar os vídeos.
Marcos (SEMA)	Relatou as informações sobre os vídeos que constava no <i>chat</i> . São três os vídeos criados com intuito de sensibilizar a população sobre as Reservas da Biosfera e, especificamente, a RB Pantanal. O primeiro é intitulado “Reserva da Biosfera: Você sabe o que é?” ( <a href="https://youtu.be/zY9Ay4JfDY4">https://youtu.be/zY9Ay4JfDY4</a> ). O segundo se chama “Reserva da Biosfera: Conheça a Reserva da Biosfera do Pantanal” ( <a href="https://youtu.be/mfIMQA3z8Og">https://youtu.be/mfIMQA3z8Og</a> ) e o terceiro “Reserva da Biosfera: conheça experiências e projetos da RB Mata Atlântica” ( <a href="https://youtu.be/UmBVHGbNg_0">https://youtu.be/UmBVHGbNg_0</a> ). Informou que os vídeos foram financiados pela União Europeia.

#### Encerramento

Nada mais havendo a declarar o Sr. Marcos (SEMA) encerrou a reunião às 11h e 20 minutos e eu, Héliida Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será avaliada pelos membros do Comitê presentes à reunião por meio de email.